



Assembleia Municipal de Caminha

MINUTA

Alínea s) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e cinco novembro de dois mil e quinze, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais- Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, relativo a Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Primeiro Ciclo de Ensino Básico.

Esta proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

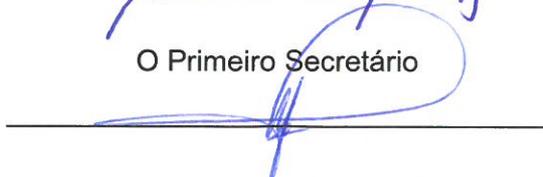
A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Sala de Reuniões da Assembleia Municipal de Caminha, 11 de dezembro de 2015

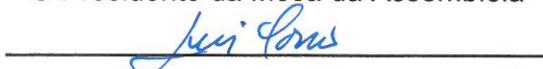
A Segunda Secretária



O Primeiro Secretário



O Presidente da Mesa da Assembleia





Câmara Municipal de Caminha

CÓPIA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2015-----

-----PARTE RESPETIVA-----

PROPOSTA N.º 08 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ENTRE CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SIDÓNIO PAIS – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO

Propõe-se que a Câmara delibere aprovar a minuta do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, para o programa de generalização de fornecimento de refeições escolares aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, o qual fica a fazer parte integrante dos originais desta ata.

Mais **se propõe** que esta deliberação seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos da Lei e que a sua aprovação seja efetuada em minuta.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Rui Teixeira e Rui Fernandes, 3 votos contra dos Senhores Flamiano Martins, Liliana Silva e Vanda Pêgo e 0 abstenções.

-----ESTÁ CONFORME-----

Paços do Município de Caminha, 25 de Novembro de 2015

A COORDENADORA TÉCNICA DA S.A.A.E.

Teresa Maria Gonçalves Palma Amorim Fernandes



MUNICÍPIO DE CAMINHA

[Handwritten marks and signatures in blue ink on the right margin]

INFORMAÇÃO INTERNA	
PARECER	DESPACHO
<i>À consideração do Sr. Presidente para se submeter à reunião de câmara.</i> <i>17.11.2015</i> <i>[Signature]</i>	<i>Enviado para reunião de Câmara do dia 25/11 acatando-se os questionários e documentos que a seguir se seguem.</i> <i>17/11/15</i>

De: Educação/Transportes (Paulo Marinho)

Para: Presidente da Câmara

Assunto: Apoio às atividades desenvolvidas no âmbito da Educação
» Contratos Interadministrativos com entidades parceiras

Na sequência de pedido de V. Ex^ª sobre o assunto supra, sou a informar o seguinte:

1. Considerando que a Educação constitui um pilar fundamental na ação governativa do Município;
2. Considerando que a Educação acarreta todo um conjunto de competências que o Município direta ou indiretamente e com recurso a entidades parceiras têm que saber dar resposta;
3. Considerando que tais respostas passam pelo fornecimento de refeições, transporte escolar, AAAF (Atividade, Acompanhamento de Apoio à Família, Cedências de Instalações, etc.
4. Considerando que o Município estabelece com os seus parceiros parcerias que passam pela celebração de contratos interadministrativos, acordos de execução, protocolos e até atribuição de subsídios de modo a dar resposta às necessidades da comunidade escolar e, simultaneamente a assunção plena do quadro de competências plasmadas na lei sobre Educação;
5. Considerando que é apanágio do Município “delegar” (ou descentralizar) pelos parceiros competências próprias em base de fundamentos de proximidade, igualdade, partilha de saber fazer, apoio direto às comunidades locais, etc.
6. Considerando que as entidades parceiras têm demonstrado desempenho relevante e apetência para os serviços que prestam na esfera da Educação, como são o caso do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Junta de Freguesia de Dem e União das Freguesias de Moledo e Cristelo.

Tendo em conta o enquadramento aduzido nos pontos anteriores importa dar continuidade à parceria estabelecida com as entidades/instituições mencionadas no ponto 6.

Assim sendo, proponho a V. Ex^a que se efetivem as respetivas parcerias através da celebração de contratos interadministrativos com:

- Agrupamento de Escolas Sidónio Pais
- Junta de Freguesia de Dem e
- União das Freguesias de Moledo e Cristelo

no âmbito das áreas seguintes:

- ✓ AAAF (Atividade, Acompanhamento de Apoio à Família)
- ✓ “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico vs Crianças dos Jardins de Infância”

nos termos dos respetivos contratos interadministrativos anexos (5)

À consideração de V. Ex^a,

Caminha, 15 de outubro de 2015

O Encarregado Geral Operacional,


(Paulo Marinho)

MUNICIPIO DE CAMINHA
 CONTRIBUINTE N.º 500843139
 PRAÇA CALOUSTE GULBENKIAN
 4910-113-CAMINHA

IMPRESSO	PAGINA
2015/11/20	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
D21533	carina	2015/11/20	2370	2015

DESCRIÇÃO DA DESPESA
 PROTOCOLOS ESCOLARES E CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS - ANO LETIVO 2015/2016

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA		
TIPO DESP: 2213-ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		DOTAÇÃO DISPONÍVEL
ORGÂNICA : 02 SERVIÇOS MUNICIPAIS		67.107,23
ECONÓMICA: 020105 Alimentação - Refeições confeccionadas		A CABIMENTAR
PLANO :		67.074,55
		SALDO APÓS CABIMENTO
		32,68

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA		
TIPO DESP: 2337-TRANSPORTES ESCOLARES		DOTAÇÃO DISPONÍVEL
ORGÂNICA : 02 SERVIÇOS MUNICIPAIS		1.857,27
ECONÓMICA: 020210 Transportes		A CABIMENTAR
PLANO :		1.795,80
		SALDO APÓS CABIMENTO
		61,47

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA		
TIPO DESP: 2324-EDUCAÇÃO / OUTROS SERVIÇOS		DOTAÇÃO DISPONÍVEL
ORGÂNICA : 02 SERVIÇOS MUNICIPAIS		12.412,69
ECONÓMICA: 02022501 Educação		A CABIMENTAR
PLANO :		12.389,60
		SALDO APÓS CABIMENTO
		23,09

EXTENSO
 OITENTA E UM MIL DUZENTOS E CINQUENTA E NOVE EUROS E NOVENTA E CINCO CÊNTIMOS

CABIMENTOS PARA ANOS SEGUINTE				IMPORTÂNCIAS					
CLASSIFICAÇÃO				PLANO					
LIN	T. DESPESA	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T N.º	N + 1	N + 2	N + 3	ANOS SEGUINTE
1	2213	02	020105			143.705,60			
3	2337	02	020210			109.704,20			
2	2324	02	02022501			22.810,40			

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2015/11/20

AUTORIZAÇÃO _ / _ / _

PROCESSADO POR COMPUTADOR



MUNICÍPIO DE CAMINHA

Contrato interadministrativo

Considerando que:

Compete à Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como, apoiar atividades de natureza educativa, nos termos da alínea u) da referida norma;

Estabelece o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, que a responsabilidade do Estado pela prestação dos apoios no âmbito da ação social escolar é partilhada entre a Administração Central e os Municípios, nos termos do citado decreto-lei, bem como, do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, e da demais legislação que regula as respetivas áreas de competência;

Estabelece o artigo 7.º, do Decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de Julho que são transferidas para os municípios as atribuições ao nível da implementação de medidas de apoio sócio educativo, gestão de refeitórios, entre outras;

Concretizando o apoio da ação social escolar, no respeitante ao fornecimento de refeições, estatui o artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º, 55/2009, de 02 de março, que nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário são fornecidas refeições escolares, devendo as mesmas, disporem de refeitórios escolares ou utilizarem os refeitórios dos estabelecimentos vizinhos.

Estas atividades têm que ser desenvolvidas em conjunto com os Agrupamentos de Escolas, que são quem no dia-a-dia acompanha e gere o funcionamento da atividade escolar, incluindo o desenvolvimento dado às crianças e famílias no âmbito da ação social escolar.

Assim, dando cumprimento ao regime contido no citado diploma, é celebrado entre,

O **MUNICÍPIO DE CAMINHA**, pessoa coletiva n.º 500 843 139, com sede na Praça Conselheiro Silva Torres, representado pelo Exmo. Senhor Dr. Luís Miguel da Silva Mendonça Alves que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Caminha, designado por primeiro outorgante,

E



MUNICÍPIO DE CAMINHA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SIDÓNIO PAIS, pessoa coletiva n.º 600 076 857, com sede na Praça Carolina Santiago, da freguesia de Vilarelho, representado pela, Exma. Senhora Dr.ª Maria Esteves, que outorga na qualidade de Diretora do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, designado por segundo outorgante,

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto o apoio ao “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico”, nomeadamente das escolas do Vale do Coura e Minho, ou seja, das EB1 de Lanhelas, Seixas, Vilar de Mouros, Venade, Vilarelho e Caminha, e do Vale do Âncora, isto é das EB1 de Vila Praia de Âncora e Âncora.

Cláusula 2.ª

Deveres do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais

1. Fornecer, diariamente e durante todo o ano letivo de 2015/2016, refeições a 407 alunos do Vale do Coura e Minho e do Vale do Âncora, confeccionadas na cozinha da EB/S Sidónio Pais de Caminha e na cozinha da EB do Vale do Âncora;
2. Colocar, nos *containers*, as refeições para posterior transporte, para que sejam servidas, nas escolas, no horário compreendido entre as 12:00 e as 13:00 horas;
3. Utilizar os equipamentos e meios adequados para a confeção das refeições;
4. Garantir os padrões de qualidade das refeições a fornecer;
5. Informar, mensalmente, o Município de Caminha, até ao dia 10 de cada mês, do número total de refeições servidas no mês anterior, através do preenchimento dos impressos criados para o efeito e cedidos pela Câmara Municipal.

Cláusula 3.ª

Deveres do Município de Caminha

1. Exercer um controlo direto sobre a gestão do fornecimento das refeições;
2. Disponibilizar os transportes, os recursos humanos e os materiais necessários para a operacionalização do programa “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico”;



MUNICÍPIO DE CAMINHA

3. Acompanhar, localmente, o funcionamento do serviço de fornecimento de refeições escolares;
4. Suportar os encargos com o programa “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico”;
5. Fiscalizar o cumprimento nas normas do presente contrato Interadministrativo.

Cláusula 4.ª

Apoio

1. Como forma de apoio ao mencionado “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico”, o primeiro outorgante concede ao segundo outorgante o montante global de 119 658,00 €, conforme consta do Anexo I;
2. Para o efeito do disposto no número anterior, encontra-se cabimentado para o presente ano (setembro a dezembro) o montante de 36.000,00€, contemplado na rubrica 02/020105 (Alimentação - Refeições Confeccionadas). O valor remanescente (de janeiro a junho) consta da rubrica 02/020105 (Alimentação - Refeições Confeccionadas) constante do Orçamento para 2016.
3. A primeira outorgante apoiará ainda a segunda outorgante através da disponibilização dos meios humanos e materiais necessários para a confeção e transporte das refeições.

Cláusula 5.ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos durante o ano letivo 2015/2016, de acordo com o calendário escolar, se outras causas de cessação, legalmente previstas, não ocorrerem previamente.

Cláusula 6.ª

Incumprimento

- 1- Sem prejuízo da possibilidade de suspensão ou de resolução do contrato, nos termos previstos no artigo 123.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o incumprimento das obrigações previstas neste contrato poderá determinar o ajustamento dos recursos referidos na cláusula 4.ª.



MUNICÍPIO DE CAMINHA

2 - A suspensão do contrato ou a cessação do mesmo, por qualquer das suas formas, nomeadamente a revogação, não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

Cláusula 7.^a

Modificação

1 - Poderá haver lugar à modificação do contrato, quando se verifique a existência de erro nos pressupostos que estiveram na base da celebração do mesmo ou por alteração superveniente das circunstâncias.

2 - A modificação obedece ao mesmo formalismo legal previsto para a celebração deste contrato.

Cláusula 8.^a

Dúvidas interpretativas

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pela Câmara Municipal.

Cláusula 9.^a

Casos omissos

Os casos omissos decorrentes da aplicação deste contrato serão decididos por aplicação do disposto na Lei n.º 75/2013, de 9 de Setembro, ou outra legislação aplicável e, se ainda assim tal não for possível, por acordo entre os outorgantes.

ASSINADO em nome dos outorgantes, pelas pessoas que abaixo apõem a sua assinatura, cada uma delas com as competências necessárias ao ato.

Caminha, de outubro de 2015

O Primeiro Outorgante

(Luís Miguel da Silva Mendonça Alves)

A Segunda Outorgante

(Maria Esteves)

APOIO FINANCEIRO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SIDÓNIO PAIS

"Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico"

EB's	Total	Alunos			Valor da Refeição			Total de Refeições	Valor a Pagar
		Esc A	Esc B	s/ Esc	Esc A	Esc B	s/ Esc		
Âncora	40	12	06	22				A	(29 106,00€) 29 106,00€
Caminha	82	25	22	35					
Lanhelas	47	14	11	22					
Seixas	17	09	04	04	1,68€ (1,68€)	168€ (0,95€)	1,68€ (0,22€)	B	(13 632,50€) 24 108,00€
Venade	29	08	10	11					
Vilarelho	30	03	04	23					
Vilar de Mouros	27	10	07	10				C	(8 701,00€) 66 444,00€
V P Âncora	135	18	18	99					
Sub-Total	407	99	82	226					119 658,00€

Valor máximo , por refeição é de 1,68€, conforme Despacho 18987/2009, de 17 de agosto, com as alterações subsequentes

Número de dias/ano 175